

• Constituinte/Ordem Econômica

Empresários não ficam surpresos com acordo, mas fazem ressalvas

por David Friedlander de São Paulo



Aldo Lorenzetti

Líderes empresariais consultados por este jornal não demonstraram, de maneira geral, grandes surpresas quanto à definição do conceito de empresa nacional aprovado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte...

Um meio-termo entre propostas contrárias, "que não vai inibir o capital estrangeiro". O texto está correto, na medida em que não discrimina empresas sediadas no Brasil...

MAIS EMPRESAS, MAIS CLIENTES. Na verdade, o texto aprovado não alterou a situação da minha empresa, ou do setor do qual faço parte...

Garantida proteção às nacionais

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

"O que se tentou e se viabilizou foi um acordo, o que pressupõe não tenha havido vitórias..." Essa análise do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte...

A mesma opinião têm outros líderes que participaram das negociações feitas durante uma reunião que durou mais de cinco horas. Para o deputado Plínio de Arruda Sampaio, líder do PT...

Na verdade, as duas correntes cederam, até segunda-feira, quando foram interrompidas as negociações — não havia acordo em torno da definição de empresa nacional...

O ponto central das divergências, e o que custou mais a ser acordado, era a definição de empresa nacional. Desatando esse nó, ou seja, explicitando-se qual a área de atuação da empresa nacional...

Uma aliança da esquerda com militares e empresas nacionais

por Ottoni Fernandes Júnior de Brasília

Foi ressuscitado ontem, na votação da Constituinte que tratou da Ordem Econômica e Financeira, o mesmo arco de forças que aprovou a Lei de Informática em 1984...

Prevaleceu — com 499 votos favoráveis, 16 contrários e 5 abstenções — uma fusão de emendas que garante benefícios a empresas brasileiras de capital estrangeiro...

As principais definições do plenário

O acordo firmado ontem entre as lideranças da Constituinte sobre o capítulo I, do Título VII, que trata da ordem econômica e financeira, definiu os seguintes pontos:

• Empresa Nacional — mantém a distinção existente entre empresa brasileira — que é a constituída pelas leis brasileiras e tem aqui sede e administração — e empresa brasileira de capital nacional...

• Capital Estrangeiro — não poderá mais explorar os minérios considerados estratégicos, de acordo com lei ordinária e aprovada pelo Congresso Nacional...

• Contratos de Risco — Ficam proibidos, com exceção daqueles já celebrados com a Petrobrás. O acordo prevê que os progressistas (partidos de esquerda e liderança do PMDB) poderão apresentar emenda propondo a nacionalização da exploração mineral...

• Reserva de Mercado — ficou permitida também uma reserva de mercado para a área de informática, pois só serão nacionais as empresas que detiverem o poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia...

Assim, esse tipo de empresa deve ter controle efetivo em mãos de pessoas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno. O controlador deve deter, além da maioria do capital votante, o exercício, de fato e de direito, de poder decisório para gerir suas atividades...

derá gozar, de acordo com a lei, de proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas, também pela lei, estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País...

Cedeu o "Centrão", que propunha uma conceitualização mais vaga para a empresa nacional, dispondo que, para ser considerada como tal, ser controlada por uma entidade de direito brasileiro...

estabelecidos por lei complementar e os demais preferiam a lei ordinária. A diferença é que, para a lei complementar ser aprovada, é preciso ter o voto da maioria absoluta do parlamento...

ção de minerais estratégicos. CONTRATOS DE RISCO. Também ficou acordado a proibição dos contratos de risco. Essa proibição constava apenas do projeto da Comissão de Sistematização...

Perda de incentivos fiscais é preocupação

por Janice Menezes do Rio

Uma das consequências para as empresas brasileiras controladas pelo capital estrangeiro, caso seja aprovado em sua totalidade o anteprojeto da Ordem Econômica, da Comissão de Sistematização...

"Como ainda não tenho conhecimento das conclusões finais dos constituintes sobre a definição de empresa nacional, falo por hipótese. A White Martins poderia ter alguns projetos inviabilizados se forem cortados seus incentivos fiscais", disse Cassano...

empresa diante das discussões dos constituintes, Cassano ressaltou que "para o País não é bom realizar uma política rígida de restringir o capital estrangeiro".

O vice-presidente da Montreal Engenharia, David Fischeil, disse por sua vez, que sua preocupação é de que aconteçam problemas restritivos quanto a associações de empresas nacionais com as estrangeiras.

A Montreal mantém "joint-ventures" com três empresas estrangeiras: na Sebepe, uma empresa de cimentação em poços de petróleo, sua parceria é com o grupo americano Banker-Hughes; na Monocean, atuando com engenharia submarina...

Negociação deixa texto flexível

por Sérgio Garschagen de Brasília

Começa a delinear, após a sessão da Assembleia Nacional Constituinte que praticamente define um dos seus principais temas — A Ordem Econômica e Financeira do País —, o trabalho de costura dos principais "lobbies" que atuaram no Congresso...

A exceção da questão da distribuição nacional de petróleo, que tudo indica deverá ser resolvida no voto em plenário, sem um acordo prévio, a sessão de ontem mostrou que os defensores do capital nacional conseguiram impor os seus pontos de vista...

Rhodia teme restrições

por Flávio Porcello de Porto Alegre

"Se a Constituinte optar, por decisões discriminatórias ao capital estrangeiro, a Rhodia terá de rever seus planos de investimento no Brasil", disse, ontem, a esse jornal Paulo Bellotti, vice-presidente da Rhodia S.A. Para ele, a restrição ao capital estrangeiro é o que mais preocupa na elaboração da nova Ordem Econômica...

Na sua opinião, o Brasil deve favorecer as empresas nacionais. "Mas sem medidas restritivas ao capital estrangeiro, sobretudo àquele radicado no País", comentou Bellotti. De acordo com ele, o País precisa sair da estagnação que caracterizou a década de 80, para decolar a partir de 90.

"Votação decide o futuro"

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O presidente em exercício da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), Dagoberto Lima Godoy, disse ontem que ao votar o texto constitucional que regula a Ordem Econômica no País, a Constituinte está decidindo o futuro do Brasil. Ele observa que os caminhos são dois e extremamente opostos: "ou o Brasil opta pelo desenvolvimento ou pelo atraso".

Expressando seu ponto de vista como responsável por duas empresas (SULLENGE, na área da construção civil, e BASA, na área de medicamentos), em Caxias do Sul, Godoy assinalou que "com a aprovação de um texto distante da realidade, eu perco e todos nós, interessados em investir no País, perderíamos a chance deste investimento. Depois, continuou, "as empresas nacionais, de pequeno, médio e grande porte seriam prejudicadas, pela distância a que ficariam submetidas dos investimentos externos".

Empresários não ficam surpresos com acordo, mas fazem ressalvas

por David Friedlander de São Paulo

Líderes empresariais consultados por este jornal não demonstraram, de maneira geral, grandes surpresas quanto à definição do conceito de empresa nacional aprovado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte. Em alguns casos, porém, o resultado da votação foi recebido com certa reserva.

Uma aliança da esquerda com militares e empresas nacionais

por Ottoni Fernandes Júnior de Brasília

Foi ressuscitado ontem, na votação da Constituinte que tratou da Ordem Econômica e Financeira, o mesmo arco de forças que aprovou a Lei de Informática em 1984, aprovando uma política rígida de restringir o capital estrangeiro...

Perda de incentivos fiscais é preocupação

por Janice Menezes do Rio

Uma das consequências para as empresas brasileiras controladas pelo capital estrangeiro, caso seja aprovado em sua totalidade o anteprojeto da Ordem Econômica, da Comissão de Sistematização, definindo empresa nacional, poderá ser a perda dos incentivos fiscais...

Negociação deixa texto flexível

por Sérgio Garschagen de Brasília

Começa a delinear, após a sessão da Assembleia Nacional Constituinte que praticamente define um dos seus principais temas — A Ordem Econômica e Financeira do País —, o trabalho de costura dos principais "lobbies" que atuaram no Congresso...

Rhodia teme restrições

por Flávio Porcello de Porto Alegre

"Se a Constituinte optar, por decisões discriminatórias ao capital estrangeiro, a Rhodia terá de rever seus planos de investimento no Brasil", disse, ontem, a esse jornal Paulo Bellotti, vice-presidente da Rhodia S.A. Para ele, a restrição ao capital estrangeiro é o que mais preocupa na elaboração da nova Ordem Econômica...

Empresários não ficam surpresos com acordo, mas fazem ressalvas

por David Friedlander de São Paulo

Líderes empresariais consultados por este jornal não demonstraram, de maneira geral, grandes surpresas quanto à definição do conceito de empresa nacional aprovado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte. Em alguns casos, porém, o resultado da votação foi recebido com certa reserva.

Uma aliança da esquerda com militares e empresas nacionais

por Ottoni Fernandes Júnior de Brasília

Foi ressuscitado ontem, na votação da Constituinte que tratou da Ordem Econômica e Financeira, o mesmo arco de forças que aprovou a Lei de Informática em 1984, aprovando uma política rígida de restringir o capital estrangeiro...

Mangels Acos relaminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex (011) 44451 Empresa 100. Brasília